

O MASSACRE

Texto referente ao capítulo 8 do livro “ESCRavidÃO”, de Laurentino Gomes. Editora Globo Livros.

“A feição deles é serem pardos, [...] avermelhados, bons rostos, bons narizes, bem-feitos.” De Descrição dos índios brasileiros na carta de PERO VAZ DE CAMINHA

A CHEGADA DOS EUROPEUS à América resultou numa das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade. Os números são assustadores, mesmo para os padrões atuais de um mundo habituado a guerras, massacres e genocídios que geram milhões e milhões de vítimas. Nos primeiros cem anos após o desembarque de Cristóvão Colombo na Ilha de Hispaniola, morreram proporcionalmente mais pessoas no continente americano do que em todos os conflitos do século XX, apontado como o período mais mortífero da história moderna e contemporânea.[1]

Estima-se que, em 1420, no início das navegações portuguesas na costa da África, houvesse 450 milhões de pessoas em todo o planeta. Desse total, 50 milhões, ou 11%, estariam na América. Quatro séculos mais tarde, em 1804, quando a população mundial havia dobrado para 900 milhões de habitantes, no continente americano — a essa altura já alimentado pela maciça importação de escravos africanos —, havia apenas 25 milhões de pessoas, ou seja, a metade do número anterior à presença europeia. Em escala proporcional, a queda havia sido ainda mais drástica, de 11% para minguados 2,8% do total. O grande massacre ocorrera no intervalo de apenas cem anos.

Em 1600, a população nativa americana reduzia-se a somente 10 milhões. Quarenta milhões de seres humanos tinham desaparecido do continente desde que a esquadra de Colombo chegara ao Caribe, em 1492. Nas áreas pré-colombianas mais densamente habitadas, caso dos territórios astecas do México e incas do Peru, quase a totalidade da população fora varrida do mapa.[2]

No Brasil, a catástrofe foi tão grande quanto no restante do continente. Estima-se que, na época da chegada de Cabral, houvesse entre 3 milhões e 4 milhões de indígenas no Brasil, distribuídos em centenas de tribos. Falavam mais de mil línguas e representavam uma das maiores diversidades culturais e linguísticas do mundo. Três séculos depois, em 1808, ano da chegada da corte portuguesa de dom João ao Rio de Janeiro, a população brasileira era ainda de cerca de 3 milhões de habitantes, número semelhante ao de 1500, mas a composição havia se alterado drasticamente. A essa altura, a maioria dos

brasileiros — mais de três quartos do total — era constituída de brancos de ascendência europeia ou de africanos e seus descendentes. Os indígenas, por sua vez, tinham sido vítimas de uma calamidade demográfica: estavam reduzidos a cerca de 700 mil, aproximadamente 20% do seu contingente original.

Em média, durante o período colonial, o Brasil exterminou 1 milhão de índios a cada cem anos. Desde então, houve uma lenta recuperação da população nativa, mas os resultados da mortandade inicial podem ser observados ainda hoje nas estatísticas nacionais. Atualmente, nossos 900 mil índios representam menos de meio por cento da população brasileira, de aproximadamente 210 milhões de habitantes. Estão distribuídos em 305 povos diferentes que falam 274 línguas, porém apenas a metade ainda vive em aldeias ou reservas. O restante mora em cidades ou comunidades distantes de suas terras ancestrais.[3] Nas regiões Norte e Centro-Oeste, as reservas indígenas estão sob a constante pressão do avanço da fronteira agrícola e de outras atividades, como a mineração e o garimpo ilegal.

Vários fatores contribuíram para o aniquilamento dos índios brasileiros, incluindo guerras promovidas pelos colonos portugueses, a captura para uso como mão de obra escrava em trabalhos pesados aos quais não estavam acostumados e a perda dos territórios que ocupavam antes de 1500. O principal motivo, porém, foi o que o historiador Luiz Felipe de Alencastro chamou de “choque epidemiológico resultante da união microbiana do mundo completada pelos Descobrimentos”. [4] Com os europeus e os escravos africanos, chegaram à América moléstias até então desconhecidas entre os indígenas de todo o continente, como gripe, varíola, sarampo, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, sarna, febre amarela e malária. A introdução de animais domésticos, como bois, cavalos, cabras, porcos, galinhas, patos e cachorros ajudou a transmissão dos germes e vírus. Entre as doenças venéreas, as mais devastadoras foram a gonorreia e a sífilis. Esta última teria se disseminado a partir da América Central, de uma mutação genética da bactéria *Treponema pallidum*.

Entre 1559 e 1562, uma epidemia de varíola varreu a costa brasileira. Na Bahia, matou mais de 70% de todos os índios aldeados nas fazendas dos jesuítas. No Espírito Santo, seiscentos indígenas pereceram em um período tão curto que foi necessário enterrar dois corpos por cova. Um número provavelmente maior foi dizimado entre os índios livres. Em 1562 já chegavam a 30 mil mortos. Um terço de todos os índios nas aldeias jesuíticas perdeu a vida. No ano seguinte, uma nova epidemia, dessa vez de sarampo, atacou com igual furor. Outras 30

mil pessoas teriam morrido. Um novo surto ocorreu no Maranhão entre 1621 e 1623. E um terceiro, em 1660, atingiu o Grão-Pará e mais uma vez o Maranhão, “com tanto estrago dos índios que acabou a maior parte deles”, segundo o relato de um missionário.[5]

Quando os portugueses chegaram à Bahia, todas as regiões brasileiras já eram habitadas. A ocupação do território acontecera entre 12 mil e 16 mil anos antes, segundo apontam, hoje, vestígios em sítios arqueológicos localizados em Lagoa Santa, Minas Gerais; Rio Claro, interior de São Paulo; e Ibicuí, Rio Grande do Sul.[6] Os sambaquis — depósitos de conchas marinhas que chegam a atingir 50 metros de altura — indicam que, entre 5 mil e 2 mil anos atrás, havia uma grande concentração de seres humanos na faixa litorânea que vai do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul. Em 1500, os tupis, grupamento que incluía os tupinambás, ocupavam a costa brasileira entre o estuário do Amazonas e a região de Cananeia, ao sul do estado de São Paulo. Eram marinheiros e nadadores experientes e fabricavam canoas com mais de trinta metros de comprimento que transportavam mais de sessenta pessoas de uma só vez. Algumas aldeias tinham 5 mil moradores.

De Cananeia para o sul, incluindo a bacia dos rios Paraná e Paraguai, dominavam os guaranis. Suas aldeias, chamadas de tabas, tinham, em geral, entre quatrocentos e seiscentos habitantes. Eram constituídas por ocas, gigantescas habitações circulares construídas em madeira e cobertas com palha que abrigavam de trinta a sessenta famílias cada uma. Praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutos e plantas silvestres e a agricultura. Plantavam feijão, milho, abóbora e, principalmente, mandioca, cuja farinha se tornaria a base da alimentação também entre os portugueses e africanos nos primeiros séculos da colonização. O cultivo da terra era feito por queimadas chamadas de coivaras. As lavouras tinham uma vida útil bastante curta. Depois de duas ou três safras, a fertilidade do solo se esgotava e uma nova área tinha de ser aberta pela derrubada e a queimada da floresta nativa.*

Além dos tupis e dos guaranis, o território litorâneo era pontilhado por outros agrupamentos indígenas, como os goitacazes, na foz do rio Paraíba; os aimorés, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e os tremembés, entre o Ceará e o Maranhão. Eram os tapuias, denominação usada pelos tupis para identificar quem falava outra língua. Havia, entretanto, muitas semelhanças entre eles. Os tupinambás e os aimorés escravizavam adversários capturados em guerras. Também comiam carne humana, em geral de inimigos mortos, em cerimônias rituais. Os aimorés, em particular, tornaram-se ferozes inimigos dos portugueses. Por isso, quando a Coroa publicou a

primeira lei que proibia a escravização indígena, em 1570, esses índios foram excluídos do benefício, o que significava que, mesmo depois da promulgação da norma, poderiam ser capturados e explorados como cativos.

As primeiras descrições dos indígenas brasileiros aparecem, obviamente, na famosa carta de Pero Vaz de Caminha:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; [...] traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo. [...] Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, [...] de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. [...] As casas [...] eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia, [...] de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento palhas, de razoada, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro. [...] Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem nenhuma crença.

Um segundo relato, mais dramático e menos idílico que o de Caminha, é o do artilheiro e náufrago alemão Hans Staden, que permaneceu como prisioneiro dos índios tupinambás enquanto era preparado para ser comido em cerimônia canibal de uma aldeia situada perto de Niterói, no Rio de Janeiro. Resgatado por uma nau francesa depois de pagar um resgate pela própria liberdade, Staden conseguiu retornar à sua terra natal em 1555. Em seguida, publicou um livro intitulado *Duas viagens ao Brasil*, que de imediato incendiou a imaginação dos leitores europeus.

Seu testemunho:

Os tupinambás habitam defronte da [...] grande serra, bem junto ao mar; mas também além da montanha se estende o seu território por cerca de e corre paralelo à costa, desembocando então no mar sessenta milhas [cem quilômetros]. No rio Paraíba, e corre paralelo à costa, desembocando então no mar que nasce nessa serra, têm eles também terra, que

habitam, beirando uma região de 28 milhas de cumprimento [45 quilômetros]. São acossados de contrários por todos os lados. Ao norte é sua vizinha uma tribo de gentios chamados guaitacás. São-lhes adversos. Seus inimigos ao sul chamam-se tupiniquins; os que habitam mais ao interior são chamados carajás; próximos deles, na serra, vivem os guainás, e entre ambos há ainda uma outra tribo, os maracajás, pelos quais são muito perseguidos. Todas essas tribos se guerreiam entre si, e, quando alguém apanha um inimigo, come-o.[7]

A escravização dos índios começou imediatamente após a chegada dos portugueses. Como já se viu no capítulo seis, em 1511, a nau *Bretoa*, de propriedade do florentino Bartolomeu Marchionni e do cristão-novo Fernando de Noronha, chegou a Portugal com uma carga de papagaios, peles de onças-pintadas, toras de pau-brasil e 35 índigenas cativos. Quatro anos mais tarde, 85 índios brasileiros foram vendidos como escravos em Valência, na Espanha. [8] Em 1545, a capitania de São Vicente, no litoral paulista, comandada por Martim Afonso de Sousa, tinha cerca de 3 mil nativos escravos, que trabalhavam em seis engenhos de açúcar e nas lavouras.[9]

Capturava-se índios de norte a sul do Brasil. A compra e a venda de cativos indígenas foram a primeira grande atividade de Campos de Piratininga, região da futura cidade de São Paulo, fundada em 1554 pelos jesuítas do padre e hoje santo José de Anchieta. No século XVI, o vilarejo era, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, uma “feira de trato”, onde João Ramalho e sua gente forneciam escravos do Planalto Paulista para a Baixada Santista — uma “escala para muitas nações dos índios”, na descrição do padre Luís de Grã.[10]

O início da importação em massa de cativos africanos se deu em meados do século XVI, entre 1535 e 1570. Mas a escravização de índios continuou ainda por mais de cem anos. Há registro da chegada de quinhentos a seiscentos deles ao Recôncavo Baiano em 1571. Na mesma época, operações militares no sertão de Orobó, no Agreste pernambucano, capturaram outros 12 mil, imediatamente colocados a serviço dos senhores de engenho. Ao descrever a capitania de Pernambuco em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, português natural da cidade de Braga e autor da História da Província de Santa Cruz, deixava claro que os índios passíveis de cativo eram a maior riqueza da terra até aquele momento, maior ainda que a produção de açúcar, que dava os seus passos iniciais no Nordeste brasileiro:

Esta [a capitania] se acha numa das ricas terras do Brasil, tem muitos escravos índios, que é a principal

fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras capitanias, porque há nesta muitos, e mais baratos que em toda a costa. [...] Há também muitos escravos da Guiné. [11]

Gandavo enxergava, porém, diversas vantagens na escravidão africana sobre a indígena. Uma delas, a dificuldade de locomoção, uma vez que os cativos recém-chegados da África, caso tentassem fugir, simplesmente não teriam como cruzar o oceano de volta para casa e menos ainda encontrariam quem os acolhesse em terras brasileiras. “Estes [os africanos] são mais seguros que os índios da terra porque nunca fogem nem têm para onde”, escreveu.

Uma década mais tarde, em 1587, Gabriel Soares de Sousa, dono de engenho e autor do Tratado descritivo do Brasil, afirmava que os escravos eram fundamentais para a defesa do litoral brasileiro, levando-se em conta que os portugueses não tinham força militar para resistir a um eventual assalto de corsários e piratas:

Esta vila de Olinda terá seiscentos vizinhos, pouco mais ou menos, mas tem muitos mais do seu termo, porque em cada um destes engenhos vivem vinte ou trinta vizinhos, fora os que vivem nas roças, afastados deles, que é muita gente; de maneira que, quando for necessário, [...] esta gente pode trazer de suas fazendas quatro ou cinco mil escravos da Guiné e muitos gentios da terra.

Em caso de ataque, no entanto, Gabriel Soares via vantagens no uso de indígenas, que, segundo ele, seriam mais confiáveis que os africanos: “O único remédio deste estado é haver muito gentio de paz posto em aldeias ao redor dos engenhos e fazendas, porque com isso haverá quem sirva e quem resista aos inimigos, [...] e quem ponha freio aos negros da Guiné, que são muitos”.

Os índios, de fato, acabariam se tornando importantes aliados dos portugueses no combate aos quilombos (redutos de escravos africanos fugitivos), na defesa do território contra invasores europeus ou mesmo no confronto contra outros povos inimigos dos colonos. Em meados do século XVI, por exemplo, os tupiniquins de São Paulo aliaram-se aos portugueses na guerra contra a chamada Confederação dos Tamoios, que reunia diversas tribos situadas entre o Rio de Janeiro e o litoral norte paulista.

À frente das expedições de captura e escravização dos índios, estavam alguns dos personagens mais importantes — e hoje também muito polêmicos — da história do Brasil. Na Bahia, um dos pioneiros do negócio foi o português Garcia D’Ávila, que chegou a Salvador em

1549 na companhia do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, de quem era protegido e, muito provavelmente, filho bastardo. Em 1557, já se tornara o homem mais rico da região, dono de um latifúndio que se estendia do litoral baiano até os sertões do Piauí.

Na história tradicional, Garcia D'Ávila é celebrado como o homem que trouxe a pecuária ao Brasil, ocupou e pacificou, ainda no século XVI, algumas das regiões mais ermas da colônia. Sua principal atividade, no entanto, era capturar índios em operações comandadas a partir de uma fortificação à beira-mar por ele erguida em 1551, a Casa da Torre, cujas ruínas existem ainda hoje na Praia do Forte, oitenta quilômetros ao norte de Salvador. Foi um dos organizadores e financiadores da “guerra justa”, que resultou na conquista do território de Sergipe Del Rey, entre 1575 e 1590, na qual cerca de 4 mil indígenas foram escravizados.[12] Ali nasceria, em julho de 1820, a província, e posteriormente o estado, do Sergipe, cujo nome de sua capital, Aracaju, deriva do termo ará-acayú, “cajueiro dos papagaios” na língua tupi.

Igualmente controvertido, e ainda mais significativo e decisivo do que o de Garcia D'Ávila, foi o papel dos bandeirantes paulistas no massacre dos índios brasileiros. Dependendo do ponto de vista de quem os estuda, os bandeirantes podem ser vistos hoje como heróis ou vilões da história brasileira. Segundo uma visão romântica por muito tempo alimentada pela historiografia ufanista, seriam eles os responsáveis pela conquista e pela consolidação do território nacional. Ao se embrenharem pelos sertões em busca de ouro e pedras preciosas, teriam expandido as fronteiras brasileiras para muito além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Por essa razão, ainda hoje são festejados e homenageados com nomes de cidades, bairros, monumentos e diversas rodovias — como a Raposo Tavares, a Anhanguera, a Fernão Dias e a própria Bandeirantes, todas no interior paulista. Narrativas celebratórias, porém, nem sempre correspondem à realidade.

Embora fossem, de fato, homens destemidos e corajosos, que asseguraram as dimensões continentais que o Brasil tem hoje, os bandeirantes tinham como primeiro e principal objetivo a captura de índios — atividade que exerceram com escala e violência incomparáveis. As bandeiras eram empreendimentos privados, que em nada dependiam do tesouro real e cujos gastos e lucros eram resultado unicamente da pilhagem, do roubo e da escravização dos indígenas.

Uma das maiores bandeiras, a de Raposo Tavares, partiu de São Paulo em 1628. O empreendimento, apoiado pela

Câmara, recrutou quase todos os homens da cidade, que nessa época tinha pouco mais de 2 mil habitantes. O grosso das tropas era composto por mamelucos e indígenas capturados ou recrutados em toda a região do planalto paulista. Somados, totalizavam 2,9 mil, contra apenas 69 brancos. Avançando em três colunas sertão adentro, a bandeira aprisionou, de 1628 a 1630, entre 40 mil e 60 mil índios guaranis aldeados na província jesuíta do Guairá, no atual estado do Paraná. Apavorados com a investida dos homens de Raposo Tavares, indígenas e jesuítas fugiram, descendo o curso dos rios Paranapanema e Paraná até a altura da foz do rio Uruguai, no atual estado do Rio Grande do Sul. As missões jesuíticas de Itatim, no atual estado do Mato Grosso do Sul, foram saqueadas entre 1632 e 1633.

Como resultado da política de terra arrasada dos bandeirantes, os índios praticamente desapareceram de uma extensa área que ia de Cananeia, no litoral paulista, à Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e às margens do rio Paraná. Os guaranis se retiraram para o atual Paraguai, onde hoje compõem a maioria da população e ainda conseguem manter sua língua e seus costumes. Na língua guarani paraguaia, a palavra *banderante* é sinônimo de *bandido* ou *bandoleiro*.

Nunca se saberá ao certo o número de índios capturados pelos bandeirantes, mas as estimativas indicam que, pelo menos no período entre 1625 e 1650, durante as invasões holandesas no Nordeste e na costa da África, foi muito superior ao dos negros africanos introduzidos no Brasil. O historiador Luiz Felipe de Alencastro calcula em cerca de 100 mil o total de cativos capturados nas entradas dos bandeirantes entre 1627 e 1640, segundo ele, “uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna”.[13]

Ainda conforme Alencastro, nos pousos e nas roças paulistas dessa época, a média era de 37 escravos indígenas por proprietário. Cabia a eles produzir e transportar os produtos e alimentos que abasteciam o restante da colônia: cal, farinha de mandioca, milho, feijão, carnes secas e salgadas, toucinho, linguiça, marmelada, tecidos rústicos e gibões de algodão à prova de flechadas. Transportavam os equipamentos de pescadores e remadores, no interior e no litoral. Caçavam e pescavam para assegurar a ração das tropas. Criavam gado. Cortavam e preparavam a madeira. Fabricavam objetos de olaria, marcenaria e alvenaria. Abriam e conservavam estradas e trilhas. Construíam e consertavam barcos. O número de índios escravizados em São Paulo era tão elevado que, em algumas localidades, como Santana do Parnaíba, alugavam-se cativos para o transporte de carga e gente serra acima e serra abaixo.

Foram escravos indígenas alugados pelos jesuítas que iniciaram as obras da Fonte da Carioca e dos “Arcos Velhos”, aqueduto que trazia água da floresta da Tijuca para o centro do Rio de Janeiro e que originou os atuais Arcos da Lapa. Iniciadas em 1671, essas obras se arrastaram por meio século devido à escassez de índios para o serviço e às exigências dos jesuítas, que cobravam caro pelo aluguel da mão de obra cativa. Irritado com os atrasos, o governador Silveira e Albuquerque decidiu comprar africanos e alugar negros de proprietários locais e, desse modo, concluir as obras.

Índios escravizados puderam ser observados no Brasil até o começo do século XVIII. A partir daí, foram sendo rapidamente substituídos pelos negros africanos. Os registros de um grande engenho na Bahia, o Sergipe do Conde, situado no Recôncavo e pertencente à Companhia de Jesus (cuja rotina de produção foi estudada pelo jesuíta André João Antonil), servem para dar uma ideia da transição do trabalho escravo indígena para o africano. Em 1574, os cativos chegados da África representavam apenas 7% da força de trabalho escravo no engenho, contra 93% de índios. Em 1591, eram 37%. Por volta de 1638, já compunham a totalidade, incluindo os cativos recém-chegados da África e os crioulos, ou seja, escravos descendentes de negros nascidos no Brasil.[14]

Há diversas explicações para o malogro da escravidão indígena. A primeira foram as doenças, que rapidamente dizimaram a população nativa. A segunda, as guerras de conquista dos portugueses, que reduziram significativamente o número de índios nas regiões próximas aos engenhos. Os indígenas, além disso, estavam pouco adaptados ao trabalho exaustivo nas lavouras de cana, rebelavam-se e fugiam com frequência. A causa preponderante da preferência por escravos africanos, no entanto, estava na inexistência de um mercado organizado de escravos na América na época da chegada dos europeus. Havia, sim, escravidão em pequena escala entre os índios, resultado das guerras entre tribos rivais. Mas nada se comparava à África, onde já funcionavam, desde muitos séculos antes da chegada dos portugueses, centros fornecedores e rotas de transporte de cativos que cruzavam o deserto do Saara nas caravanas dos muçulmanos ou embarcavam escravos no Oceano Índico.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, ao contrário da África, onde o mercado de escravos era bem estabelecido, no Brasil, “não surgiram redes internas de tráfico, drenando a eventual oferta de cativos para os enclaves coloniais. [...] Nenhuma comunidade indígena se firmou no horizonte da América Portuguesa como fornecedora de

cativos”, ao menos em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades dos moradores.[15]

Diferentemente dos índios, os cativos negros que chegavam ao Brasil, além de serem abundantes e relativamente baratos na África, estavam bem adaptados às doenças que dizimavam os nativos. O ambiente epidemiológico do continente africano era mais semelhante ao da Europa e da Ásia do que ao da América. Além disso, muito cativos africanos vinham de regiões que já praticavam agricultura em larga escala mediante o uso de enxadas e outras ferramentas. Fisicamente, os negros estavam mais adaptados ao trabalho pesado nas lavouras de cana e nos engenhos do que os índios. Alguns tinham experiência na criação de gado. Outros — muito valorizados em Minas Gerais a partir do início do século XVIII — eram hábeis mineradores de ouro e pedras preciosas.

Houve, por fim, razões religiosas e culturais para o abandono da escravidão indígena, tema de intenso debate entre filósofos, teólogos e autoridades portuguesas e espanholas desde o início da colonização europeia na América. A discussão começou muito cedo, em 1511, com os sermões do frade dominicano espanhol Antônio de Montesinos, que denunciava a captura e o uso da população nativa como mão de obra escrava e continuaria pelos quarenta anos seguintes, envolvendo altos membros da hierarquia católica dos dois lados do Atlântico, sendo o mais proeminente entre eles o também frade dominicano espanhol Bartolomeu de las Casas.

A grande questão era definir se os índios eram seres humanos dotados de alma e passíveis de redenção pela graça divina, como se julgavam ser os europeus. E, ainda, se deveriam ser tratados como súditos de sua majestade, o rei da Espanha, com os mesmos direitos e deveres de seus semelhantes metropolitanos. Foi essa a visão que prevaleceu e acabou influenciando também a opinião dos jesuítas no Brasil. Quanto aos africanos, pouco se discutiu. Eram simplesmente passíveis de cativeiro. E ponto. O próprio Bartolomeu de las Casas, em uma carta ao rei Carlos V, escrita em 1535, dizia que a única solução para resolver o problema crônico da falta de mão de obra nas terras do Novo Mundo era “mandar para cada um dos colonos destas ilhas quinhentos ou seiscentos negros, ou qualquer que seja o número conveniente”. [16]

Na América Espanhola, o debate a respeito dos índios encerrou-se mais cedo do que nos domínios portugueses. As Leyes Nuevas, de 1542, declaravam que todos os indígenas nasciam livres e assim deveriam permanecer. Esse conceito, longamente debatido também em

Portugal, se estendeu ao Brasil algum tempo mais tarde. Em meados do século XVI, o padre Manuel da Nóbrega, superior provincial dos jesuítas, escreveu uma série de tratados filosóficos e teológicos na qual defendia a “inocência” dos indígenas brasileiros. Esse material se tornaria a base para a decisão da Coroa portuguesa que, em 1570, declarou todos os nativos como súditos do rei de Portugal, de forma que não poderiam mais estar sujeitos à escravização. O principal artigo da lei determinava: “Mando que daqui em diante não se use nas ditas partes do Brasil o modo que se usou até agora em fazer cativos os ditos gentios, nem se possa cativar de modo e de maneira alguma”. [17]

A orientação foi confirmada durante a União Ibérica por alvará do rei Filipe II (Filipe III de Espanha) que, em 1609, declarava “todos os gentios daquelas partes do Brasil por livres, conforme o direito e seu nascimento natural”. Proclamada na Bahia, a decisão provocou uma revolta dos moradores contra as autoridades. Sem índios, alegavam eles, seria impossível produzir açúcar e garantir a continuidade de inúmeras outras atividades essenciais à economia colonial. Como resultado, a Coroa voltou atrás na decisão e autorizou a escravização de indígenas mediante determinadas condições.

Segundo uma dessas ressalvas, poderiam ser escravizados os índios “tomados em guerra justa”. Porém, o que seria uma guerra justa? A explicação estava no próprio texto do alvará real: “guerra justa” seria aquela que “os portugueses fizerem ao dito gentio com autoridade ou licença minha ou do governador das ditas partes”. Ou seja, a escravização dos índios continuaria sujeita às necessidades e conveniências de cada momento. Seria essa a desculpa usada em inúmeras expedições deflagradas pelos portugueses contra os índios, como a conquista de Sergipe Del Rey no final do século XVI. Seria também com base no recurso da “guerra justa” que o príncipe regente dom João, já depois da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, ordenaria a investida contra os índios botocudos, no Espírito Santo, e contra os guaranis dos Campos de Guarapuava, no Paraná.

Além da guerra justa, os colonos estavam autorizados a capturar índios mediante o chamado resgate, que consistia na troca de mercadorias por indígenas que já se encontrassem prisioneiros de outras tribos, ou seja, os que estivessem “à corda”, segundo expressão da época: já previamente capturados e amarrados para serem mortos. Esses índios podiam, assim, ser “resgatados” por colonos que, por sua vez, passavam a ter o direito de escravizá-los por dez anos. Com o tempo, resgate se

tornou um sinônimo de compra de escravos também na África. [18]

Na prática, mesmo que não se enquadrassem nas categorias de guerra justa ou de resgate, os indígenas nunca estariam automaticamente livres, com direitos e deveres iguais aos dos colonos portugueses residentes no Brasil. Antes de usufruir dessa liberdade, teriam de ser tutelados, durante um período de transição entre a barbárie e a vida civilizada. Esse papel caberia aos jesuítas, autorizados a manter os índios em aldeamentos, as chamadas “missões”, nas quais seriam educados para o trabalho e na fé católica.

O sistema de aldeamento previa a transferência e a mistura de diferentes povos que passaram a ser controlados pelos jesuítas nas missões. Ali, os nativos seriam instruídos na fé católica, aprenderiam práticas comerciais e artes mecânicas, mas, principalmente, serviriam de mão de obra barata para os negócios da Companhia de Jesus, então detentora de vastas porções de terra em todo o Brasil, doadas pela Coroa portuguesa. Suas fazendas, espalhadas por todo o Brasil, estariam entre as mais rentáveis nos séculos seguintes, sempre tocadas por escravos — primeiro, pelos índios aldeados, depois, por cativos africanos. Dois exemplos dessas propriedades são os atuais bairros de Engenho de Dentro e Santa Cruz, no Rio de Janeiro, grandes fazendas jesuíticas no período colonial. //Os enfrentamentos entre jesuítas e colonos, motivados pela escravidão indígena, eram frequentes e, muitas vezes, violentos. Provincial da Companhia de Jesus no Maranhão entre 1653 e 1661, padre Antônio Vieira acabou aprisionado e expulso pelos moradores por defender a liberdade dos índios. Algum tempo antes, em 8 de dezembro de 1655, queixava-se da pressão que sofria em carta ao rei dom João IV: “Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das capitâneas-mores e, igualmente, todos os que neste reino e neste estado (do Maranhão) são interessados no sangue e no suor dos índios”. [19] //A solução defendida pelo mesmo Vieira era substituir a mão de obra indígena por escravos africanos. Em 1679, foi criada a Companhia do Estanco do Maranhão, por ele idealizada, com o objetivo de trazer 10 mil escravos negros para os colonos locais. O fracasso do projeto deflagrou mais uma revolta, em 1684, liderada por Manuel Beckman, o “Bequimão”, cujo programa tinha como principal item a promessa de “entregar muitos escravos” aos maranhenses. [20] A rebelião foi rapidamente sufocada, mas o projeto se realizaria plenamente nos dois séculos seguintes, transformando o Maranhão num dos principais destinos de cativos africanos no Brasil.

** NOTA: As notas do texto original não foram transpostas para esse texto.*